

À PAULA SCHILD MASCARENHAS  
Exma. Sra. Prefeita de Pelotas,

Por ocasião do 8 de Março \_Dia Internacional da Mulher\_, nós, da articulação Mulheres em Luta abaixo-assinadas, vimos renovar as demandas apresentadas anteriormente à Prefeitura e salientar algumas novas. Para isso começamos por parabenizar a prefeita pelo alcance do cargo mais alto do Executivo Municipal, uma conquista que expressa o resultado da luta histórica e constante, mas ainda necessária, das mulheres por mais espaço e presença na política. Assim, esperamos a empatia de quem, como nós, tem através de seu fazer diário, que desconstruir crenças de inferioridade, reafirmar competências, resistir a julgamentos desqualificadores, inovar diante do controle social, driblar jornadas de trabalho consecutivas e combater assédios e violências.

Cientes do contexto que estamos inseridas na cidade de Pelotas, manifestamos aqui nossas demandas em torno de quatro prioridades. Começando pela Educação, enquanto direito fundamental de todo ser humano, reivindicamos que esse instrumento de transformação cultural leve para todas as escolas infantis dentro de seus componentes curriculares e ações educativas o enfoque de gênero para promoção da paz, da equidade e da autoestima de meninas como seres pensantes e capazes de realizar ciência.

Acumulam-se as denúncias do sucateamento das escolas e dos baixíssimos salários de uma categoria já massacrada. Então, faz-se urgente necessário o resgate do respeito e valor de profissionais da Educação, através de melhores condições de trabalho e incentivo salarial. Maior investimento em Educação Infantil, principalmente, naquela voltada para primeira infância através da construção de creches e manutenção desses equipamentos. Associado à Educação, mas direcionada à saúde, chama atenção a necessidade da promoção do cuidado com o corpo como forma preventiva de doenças, promoção da saúde, e planejamento da vida reprodutiva da menina/mulher.

Nós mulheres constituímos a maior parte da população de Pelotas e assim as políticas públicas adotadas ou sua ausência nos atingem diretamente. Por isso mesmo somos as que mais sofrem a falta de investimento na saúde pública. Em particular na Rede de Atenção Básica e na Estratégia Saúde da Família, o que tem se refletido no aumento consecutivo da mortalidade infantil no município, que atinge 15,33% dos nascidos em 2016, conforme dados do Governo do Estado via Coordenadoria Regional de Saúde: 3ª CRS.

Das demandas relativas à Saúde se destacam as necessidades dos cuidados com a saúde mental, que carece de mais profissionais e

capacitação, além de investimentos em Redução de Danos e Ações Terapêuticas. É urgente a adoção de melhor planejamento na aquisição e distribuição de remédios (sabe-se que este problema é local, com inúmeras denúncias ao Ministério Público sem retorno) no município, e na realização de exames complexos, como os preventivos de câncer e mamografias, que hoje tem uma fila de duas mil mulheres para a realização do exame.

Um grande esforço coletivo é necessário para promoção de campanhas de aleitamento materno, mas cabe a Prefeitura uma orientação direcionada aos profissionais envolvidos na preparação e realização de partos para garantir a humanização e combater violências, como a realização de cesáreas sem autorização da paciente, a separação da criança dos pais assim que nasce, e a falta de permissão de acompanhamento no parto (Lei 11.108 de 7 de abril de 2005).

Somam-se a essas reivindicações o combate efetivo às discriminações de gênero (mulheres héteros, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT) e o racismo institucional nas instituições públicas do município, em particular saúde e educação, pois as mulheres negras são as que encontram pior situação de vida no país, e Pelotas não foge dessa triste realidade.

Pensar em saúde é pensar também na expansão da rede de esgoto e água, pois estes itens possuem ligação direta com a saúde das mulheres pelotenses, principalmente as de baixa renda, que vivem em áreas onde as medidas de saneamento básico são praticamente inexistentes. Água e saneamento são serviços essenciais, diretamente ligados ao direito à vida e à saúde, sendo fundamental a garantia de acesso a todas e todos. Portanto, não podem estar nas mãos da iniciativa privada e ser tratados como mercadoria.

A Assistência Social tem de garantir seu caráter de promotora da cidadania reforçando e valorizando a luta das trabalhadoras que asseguraram o princípio das ações de assistência não como caridade, mas como direitos e responsabilidades sociais. Essa ideia se torna mais fundamental diante da crise econômica que vivemos, e nos impõe a determinação no combate a fome e a miséria e na aquisição de segurança alimentar. Lembramos que desde 2006 movimentos sociais e órgãos vinculados à área de produção e aquisição de alimentos lutam pela criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável em nosso município sem sucesso. Dado o contingente populacional de idosas no município, essa população tem de receber ações direcionadas de atenção e cuidado.

O desemprego, que atinge de forma preferencial a mulher no município (em 2017, 97% dos que perderam o emprego formal foram mulheres), exige mais do que o combate ideológico da discriminação de gênero, mas demonstra a necessidade de uma política de geração de empregos com ações combinadas de requalificação para o trabalho,

financiamento para microempreendedoras, estímulo ao cooperativismo e ações diretas de trabalho promovidas pela Prefeitura.

Outro ponto básico para ação municipal diz respeito à habitação, não é possível pensar em segurança e futuro para próximas gerações sem garantir um local digno de vida. E falando em local digno de vida e também segurança alimentar, uma tarefa simples seria incentivar e estruturar a produção de hortas comunitárias nos bairros mais vulneráveis e em ocupações e loteamentos. As hortas comunitárias são uma boa experiência também nas escolas municipais que tenham espaço próprio adequado ou próximo, garantindo assim merenda de qualidade para os alunos da rede municipal. Após dois anos de incentivo à compra de alimentos da agricultura familiar, em 2018 a Prefeitura volta a fazer pregão licitatório para compra de alimentos da merenda escolar, visto como um retrocesso da dinâmica que vinha dando certo e valorizando nossas agricultoras, que são quem hoje sustentam e mantêm a maioria das pequenas propriedades rurais.

Como último ponto prioritário que demandamos ação da prefeita, mas não menos importante, é a violência contra mulher. Precisamos ter garantido nosso direito à vida. A cidade de Pelotas voltou a ocupar o 2º lugar no estado no ranking da violência contra a mulher. Não podemos permitir esse retrocesso, e para isso o Executivo tem de se mostrar enérgico. A expansão e a completa estruturação da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher necessitam de planos de ações mais definitivos, que permitam maior eficiência dos equipamentos que a compõe (o Centro de Referência e Atendimento À Mulher em Situação de Violência, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, Patrulha Maria da Penha, Casa de Acolhida Luciety).

A promoção ininterrupta de campanhas educativas e preventivas de combate à violência e da divulgação do Disque 100. A contratação e capacitação humana de profissionais treinados para atendimento às vítimas. Cabe à Prefeitura buscar cooperação junto ao governo do Estado do Rio Grande do Sul para realização de atendimento 24 horas na Delegacia da Mulher, principalmente nos finais de semana quando aumenta as ocorrências. Só é possível falar em paz combatendo efetivamente a violência, principalmente aquela que atinge a maioria da população pelotense.

Apesar das demandas apresentadas não serem poucas não são impraticáveis, e mesmo sabedoras de que colocá-las todas em prática leva tempo, é preciso dar os primeiros passos e é preciso demonstrar sensibilidade e boa vontade para com elas. Neste sentido, para finalizar, não como demanda, mas como sugestão, transformar a Coordenadoria de Políticas Públicas para a Mulher em secretaria municipal, não apenas com o status, mas com toda a estrutura e poder de ação e decisão.

Certas de que dessa vez teremos a sua atenção, subscrevemo-nos.

Assinam essa carta, pela articulação Mulheres em Luta:

Alicerce

Associação dos Docentes da UFPel - ADUFPel-SSind

Associação dos Servidores da UFPel - ASUFPel

Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro

Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul -

CPERS Sindicato

Diretório Central dos Estudantes da UCPel

Diretório Central dos Estudantes da UFPel

D.A. Dom Helder Câmara / Serviço Social UCPEL

Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas - GAMP

Instituto de Estudos Políticos Mário Alves - IMA

Levante Popular da Juventude

Partido Comunista Brasileira - PCB

Partido Socialismo e Liberdade - PSOL

Sindicato dos Municipários de Pelotas - SIMP

Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica,  
Profissional e Tecnológica - SINASEFE

RUA Juventude Anticapitalista

União da Juventude Comunista - UJC

Pelotas, 8 de março de 2018.